

GT29: Deficiência e Antropologias: perspectivas críticas e contemporâneas

Pedro Lopes, Anahi Guedes de Mello

O tema da deficiência oferece uma perspectiva crítica, disruptiva e densa ao trabalho antropológico, da teoria à técnica, da ética à metodologia. O objetivo deste GT é reunir pesquisas, em andamento ou concluídas, que se dedicam à complexidade e multiplicidade da deficiência enquanto experiência e categoria, a partir de variadas abordagens que têm emergido na investigação antropológica e etnográfica: articulações entre deficiência, raça, etnia, gênero, sexualidade, classe, religião, geração, idade e nacionalidade; deficiência nos ativismos e movimentos sociais, em suas interfaces e relações com o Estado e as políticas públicas, as cidades, territorialidades e redes sociais; produções culturais e artísticas contra-hegemônicas; narrativas biográficas, narrativas de si e autoetnografias; analíticas e teorias dos Estudos da Deficiência, da Teoria Crip e outras vertentes associadas, como os estudos feministas e os estudos decoloniais; práticas, políticas e redes sociotécnicas de cuidado que mobilizam e ampliam o alcance das reflexões sobre "autonomia" e "(inter)independência"; pessoas com deficiência no mercado de trabalho e no campo educacional; articulações e desarticulações entre deficiência e saúde, com especial atenção aos debates sobre epidemias e pandemias; disputas de fronteira no campo da deficiência, como no caso dos autismos, surdez, cronicidades, dentre outros.

Gêneses insurgentes: perspectivas antropológicas sobre deficiência física, vivacidades e volúpias nas noites curitibanas

Autoria: Deiler Raphael Souza de Lima, Cláudia Liliane Viana, José Ricardo Pacheco

Este artigo decorre de uma etnografia realizada entre os meses de setembro de 2018 e março de 2019, delineada pelo acompanhamento de um rapaz com deficiência física em estabelecimentos de lazer noturnos, especificamente, três casas noturnas da cidade de Curitiba-PR. A priori, tendo como objetivo, compreender como se dá o usufruto de sua vida social, bem como, as relações de sociabilidades e entrelaçamentos que se estabelecem com e nesses ambientes. Em síntese, entende-se que esses estabelecimentos, denotam para uma circularidade assídua de seus frequentadores, de modo que, a permanência do interlocutor no local, reverbera uma intersecção entre o usufruto da vida social e as garantias e efetivações de Políticas Públicas que possibilitem a participação e contribuam para a inclusão de pessoas com deficiência em estabelecimentos de lazer públicos e privados, haja visto, que o Direito Social ao Lazer está salvaguardado sob a égide dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o que se almeja, ainda que, de maneira sucinta, é a construção de uma política emancipatória e/ou uma "Cultura dos Direitos Humanos" efetiva, que para além do diálogo intercultural, seja entre sociedades distintas ou em sua própria, não avenge para Universalismos a priori, mas que, garanta a existência da multiplicidade humana, o que inclui, as subjetividades e intersubjetividades de seus constituintes. Por sua vez, no que se refere as pessoas com deficiências corresponde as guias para experimentação de suas corporeidades com os ambientes, isto é, a postulação do direito de ser diferente, o que corrobora para avultar as potencialidades humanas, em suas profusas formas de Ser/Estar e Habitar o mundo. Palavras-chave: Deficiência física; Lazer; Direitos Humanos.

[Trabalho completo](#)

A Relação das Mulheres com Deficiência Intelectual com o Centro Helena Holanda

Autoria: Iêda Maria Cordeiro Moura

A proposta desse artigo é tecer algumas considerações das observações preliminares em relação a minha

pesquisa do mestrado em Antropologia que se encontra em andamento. A pesquisa busca compreender como a sexualidade da mulher com deficiência intelectual é apreendida por elas, por seus pais e ou responsáveis e serão utilizadas as seguintes técnicas: observação participante, entrevistas e grupos focais. No momento tenho acompanhado o universo de seis mulheres adultas com deficiência intelectual; posteriormente pretendo entrevistar seus pais ou responsáveis. As minhas interlocutoras são mulheres adultas com deficiência intelectual, que freqüentam o Centro Helena Holanda, uma ONG que atende Pessoas com Deficiência (PcD) através da dança, música, atendimento clínico com equipe multiprofissional e oficinas, situada no Bairro Pedro Gondim na Cidade de João Pessoa - PB. Estas mulheres frequentam a instituição há alguns anos o que possibilita algumas informações já serem conhecidas. Neste trabalho pretendo tecer uma discussão que terá como fio condutor, o que as mulheres que frequentam a Instituição relatam para continuarem frequentando a instituição, também me interessa ouvir as motivações dos familiares. São questionamentos que me chegam através das observações do cotidiano da instituição e que me parecem de extrema relevância para conhecermos o significado e a importância da Instituição para estas mulheres e também para seus pais e ou responsáveis. Palavras chave: Deficiência, Mulher, Instituição.

[Trabalho completo](#)

A prática de escanteamento de corpos: dos interesses de mercado ao capacitismo estrutural

Autoria: Gabriel Lima Simões

Este estudo é parte de um conjunto de reflexões sobre minha própria história enquanto uma pessoa que nasceu com uma deficiência física no sertão da Bahia e hoje vive no Rio de Janeiro trabalhando como profissional do SUS e com um título de doutorado. Esse olhar para o espelho me faz recordar os tantos desafios que me foram impostos pelas forças repressoras que formulam o conceito de normalidade e escanteiam todos os corpos que não se assemelham aos padrões estabelecidos. Os atravessamentos que moldaram aquele menino que já na adolescência se envolvia em debates sobre políticas públicas para a juventude foram fundamentais para constituir o adulto que hoje se dedica a trabalhar e pesquisar o modo como a vida dos moradores de favelas é também atravessada por produções subjetivas que se pautam em políticas racistas, violentas e segregadoras. Hoje compreendo que a minha indignação com as diversas formas de preconceito e subjetivação está associada à minha experiência de ter estado sempre em um lugar de estranhamento e de anormalidade, por possuir forma física diferente do padrão. Pouco se discute o modo como a lógica capitalista-produtivista determina quais corpos devem ser considerados saudáveis a partir do nível de eficiência que esses corpos apresentam no atendimento às demandas de mercado. Nesse universo, os corpos desejáveis passam a ser os corpos mecanicamente mais adaptáveis e com melhores resultados diante de certas funções que lhes são atribuídas. Corpos que destoam desse perfil estético, como o das pessoas com alguma deficiência, são automaticamente classificados como corpos limitados, ineficientes ou incapazes. Tal como no termo jurídico da "inversão do ônus da prova", cabe à pessoa com deficiência provar suas capacidades para ir conquistando um lugar de aceitação entre as pessoas padronizadas como "normais". A divisão da população entre normais e anormais sempre fez parte das políticas de governo, ou mesmo de Estado, e tem se intensificado com o avançar das práticas neoliberais. As próprias políticas de saúde, assistência social, previdência e educação tendem a instituir medidas de proteção que operam por mecânicas de segregação, como no caso do dilema entre manter alunos com deficiência na mesma turma dos alunos considerados normais ou apartá-los em escolas e turmas exclusivas. Trata-se de um conjunto de políticas pautadas na norma como parâmetro para definir o incapaz e, nessa perspectiva, aceitar a sua participação como uma concessão. O tema da inclusão não pode, contudo, se resumir à mera "permissão" para que estas pessoas frequentem o mesmo ambiente que as demais. É essa produção subjetiva de

categorias de normalidade que torna estrutural a prática do capacitismo e o consequente escanteamento de corpos ditos anormais.

[Trabalho completo](#)

33ª Reunião Brasileira de Antropologia - RBA

A 33ª Reunião Brasileira de Antropologia (RBA) foi realizada de forma on-line, pela Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e em parceria com a Universidade Federal do Paraná (UFPR), entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

Às vésperas do bicentenário da Independência política do Brasil, a entidade mais antiga das Ciências Sociais do país – Associação Brasileira de Antropologia (ABA) - realizou o evento que contou com a participação de mais de 2 mil pesquisadores/ pesquisadoras da Antropologia e área afins oriundos da América Latina, América do Norte, Europa e África.

A programação contou com: 76 Grupos de Trabalhos, 32 Simpósios Especiais, 54 Mesas Redondas, 05 Oficinas, 04 Minicursos, 04 Conferências, 06 Reuniões de Trabalho, Lançamentos de Livros, Atividades do Prêmio Pierre Verger (Mostras de filmes, ensaios fotográficos e desenho); Feira de Livros e diversas premiações (Prêmio Pierre Verger, Prêmio Lévi-Strauss, Prêmio Lélia Gonzales, Prêmio Heloisa Alberto Torres, Prêmio Antropologia e Direitos Humanos, Prêmio de Ensino de Antropologia, Prêmio de Divulgação Científica, além da Medalha Roquette Pinto).

A Reunião permitiu à comunidade antropológica reafirmar seus compromissos com os direitos dos povos indígenas, com as populações das periferias, com as comunidades quilombolas, LGBTQI+ e de favelas. Se tratou de um evento de primeira grandeza para a Antropologia nesses tempos em que os direitos básicos estão ameaçados, possibilitando a reflexão, o questionamento e o pensar sobre os desafios e dilemas da atualidade.

Realização:



Apoio:



Organização:

